



Comunicação

Ronald Raminelli

Daniel Martins Gusmão

Artefatos, imagens e a grandiosidade do Império Colonial (1770-1806)

Ronald Raminelli

Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1994) e realizou estágio pós-doutoral na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - Paris (2002-2003). Atualmente é professor associado II da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Moderna, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente no estudo sobre as estratégias de ascensão social nas sociedades luso-brasileiras, a partir dos serviços prestados à Monarquia.

Em 1806, o naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira enviou do Museu de História Natural de Lisboa à Universidade de Coimbra, uma extensa lista de produtos naturais e industriais provenientes de diferentes partes do Império¹. No manuscrito, os produtos industriais encontram-se com três informações básicas: o nome, a origem e a matéria-prima empregada na confecção. Entre os itens, estão ornamentos, armas de tiro e instrumentos das artes e ofícios. Esses produtos eram chineses, tapuias do Rio Negro, muras, yurupixunas, cambebas, guaicururus do Rio Paraguai, dos índios civilizados do Pará, dos negros de Benguela e Angola. Para além das fronteiras imperiais, o naturalista também enviava ao museu coimbrão, umas poucas peças “peruvianas” e dos índios civilizados da Nova Espanha. Ao reunir objetos tão díspares, Ferreira não pretendia compor um gabinete de curiosidade ao modo antigo, mas conceber uma lista de objetos recorrendo à classificação muitíssimo original².

Para entender como essas peças foram parar no museu lisboeta é indispensável perceber como o ultramar e a metrópole se integravam lentamente desde as Reformas Pombalinas, como o comércio criou elos entre as colônias e intensificou a circulação de pessoas, mercadorias e instituições³. No

final do século, mesmo durante a turbulência revolucionária, as autoridades lusitanas e, particularmente, alguns vassalos luso-brasileiros apostavam na solidez do Império colonial, nos frutos que a metrópole ainda poderia colher nas conquistas. Os povos impulsionavam as lavouras, as minas e as mercadorias responsáveis por ativar laços entre as colônias e a metrópole. Os produtos industriais reunidos por Ferreira faziam parte, talvez, de um possível processo, responsável por dinamizar as trocas incessantes e estruturar as bases do Império colonial. Suas técnicas construtivas e matérias-primas seriam, possivelmente, contribuições para ativar o comércio e promover a unidade das províncias do Império. Produzidos em Benguela, Macau ou Mato Grosso, os artefatos atuavam como moeda de troca, como mercadoria potencialmente capaz de ativar as rotas entre lugares distantes.

Assim, a produção de inventários e a circulação de notícias permitiram tornar mais palpável a ideia de um Império colonial, composto por possessões que aos poucos se integravam e tornavam-se interdependentes. Os contemporâneos registraram suas primeiras impressões sobre as tramas entre o centro e o extenso ultramar, como as partes se articulavam por meio de trocas

¹ Arquivo Histórico do Museu Bocage (Lisboa) – ARF – 26a Alexandre Rodrigues Ferreira. Relação de produtos naturais e industriais que deste Real Museu se remetterão para Universidade de Coimbra em 1806.

² Uma análise mais aprofundada da mencionada lista ver: Ronald Raminelli. *Viagens ultramarinas; monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008. cap.6.

³ Vale mencionar os escritos de: Dom Rodrigo de Souza Coutinho. *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798)* in: *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Intr. e org. de André Manuay Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. v. 2.; Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial – 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1983.; José Luís Cardoso (coord.). *A economia política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: CNPCDP, 2001.

de produtos agrícolas e manufaturados. A produção desses inventários era condição necessária para manter as fronteiras, fomentar minas e lavouras e, enfim, incentivar trocas comerciais⁴.

Outra dimensão do fenômeno encontra-se nos desenhos, aquarelas e óleos concebidos por engenheiros militares e artistas luso-brasileiros que foram instruídos a representar a diversidade de povos do Império. Produzidos nas últimas décadas do Setecentos, os tipos étnicos e sociais da América e da Ásia portuguesas, retratados por Carlos Julião e Leandro Joaquim, tornaram-se tema de imagens que atuavam como verdadeiro inventário visual das diversas comunidades do ultramar lusitano⁵. As dezenas de pranchas dedicadas aos tapuias do Pará, Rio Negro e Mato Grosso e a lista de artefatos reunida por Alexandre Rodrigues Ferreira eram igualmente manifestações da ideia de Império colonial lusitano que se tornou cada vez mais concreta, quanto mais frágil a soberania portuguesa no continente europeu.

Neste sentido, vale mencionar que a virada para o século XIX presenciou a atuação de eruditos como Azeredo Coutinho e Jose da Silva Lisboa⁶, preocupados em analisar as redes que, desde o início da expansão marítima, se tornaram mais densas e originaram interesses comuns e interdependências. As transações comerciais eram, então, os principais vínculos imperiais, mas esses testemunhos ainda valorizavam a circulação de plantas, a produção de manufaturas, as memórias econômicas, os ensinamentos agrícolas, a cartografia e os povos.

Para melhor sistematizar esse farto ma-

terial, Domingos Vandelli defendeu o plano de reunir em museus as produções naturais que, em princípio, permaneciam espalhadas nos domínios ultramarinos. Nos museus metropolitanos, a natureza seria apresentada como em um anfiteatro: “os esqueletos, as preparações anatômicas, os fetos, monstros mamais; as aves, seus ninhos, ovos; os peixes, anfíbios, vermes, e suas conchas, litófitos, e zoófitos, e até os mais mínimos insetos”. Incluíam também as plantas secas, as sementes, gomas, resinas e bálsamos. Do mundo mineral, encontrariam as terras, pedras, sais, enxofre, semimetais, petrificados e amostras de erupções vulcânicas. Não deveriam faltar os vestidos, ornamentos, armas e manufaturas das nações mais desconhecidas, desde os simples artefatos de povos americanos ou dos Mares do Sul, às manufaturas mais admiráveis asiáticas e europeias.

Para além de instruir os alunos de história natural, os museus demonstravam a disposição dos monarcas para restaurar as artes e a agricultura. Senhores de vasto Império, Dom José I e Dona Maria I enviaram expedições às suas conquistas para reunir, na Corte, na cabeça do Império, uma pequena mostra de suas vastas riquezas. Não sem razão indagou Vandelli: “Que nação há, que mais necessite de um museu nacional, para nele conhecer as produções da natureza, e seus usos, do que aquela que possua tão vastos domínios em Ásia, África e América? Nação, que ainda pela multiplicidade delas, não teve tempo de conhecer todas as do seu Reino, e muito poucas de suas conquistas, respectivamente a tantas que ainda estão desconhecidas”⁷.

⁴ Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798) in: *Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Intr. e org. de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. v. 2.

⁵ Carlos Julião. Configuração que mostra a Entrada do Rio de Janeiro... in: Nestor Goulart Reis. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp/Faperj, 2000. p. 181 e 366; Carlos Julião. Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e Serro Frio, aquarelas de Carlos Julião. Introd. e catálogo de Lygia da Fonseca F. da Cunha. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960; Elevasam e Fasada, que mostra emprospeto pela Marinha a Cidade do Salvador da Bahia... in: Nestor Goulart Reis. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp/Faperj, 2000. p. 39 e 316.

⁶ Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. Ensaio econômico de Portugal e suas colônias (1794) in: *Obras econômicas* de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho. Introd. de S. B. de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.; Luís dos Santos Vilhena. *Pensamento político sobre a Colônia*. Introd. de Emanuel Araújo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987.; José da Silva Lisboa. *Princípios da Economia Política*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1956.

⁷ Domenico Vandelli. Memória sobre a utilidade dos museus de História Natural In: *Memórias de História Natural* – Domingos Vandelli. Introd. e coord. editorial de José Luís Cardoso. Porto: Porto Editora, 2003. p. 61 e 65.

Enfim, os diversos testemunhos – as memórias, as imagens e os artefatos – indicam a diligência de naturalistas e artistas em reunir tanto informações sobre a diversidade de povos quanto em constatar a grandeza dos domínios do Império colonial português. A reunião de artefatos, sob o comando do naturalista Alexandre Rodrigues

Ferreira, deixa, portanto, de ser uma mera lista para ganhar a inteligibilidade de uma coleção. A relação entre os artefatos é a mesma que permite entender as imagens de Carlos Julião ou as memórias de Azeredo Coutinho ao compendiar povos e produtos que circulavam entre bandas do Atlântico, entre as rotas e criavam os elos imperiais.